



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE JUNHO DE 2017

### PARLAMENTO INFANTO-JUVENIL

**Presidente:** Kelmy da Mata

**Secretárias:** Cândida dos Santos  
Wilsinia Neto Almeida  
Camélia Vera Cruz

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente da Assembleia Nacional (José Diogo) declarou aberta a sessão às 9 horas e 50 minutos.

O Deputado Kelmy da Mata foi convidado a assumir a presidência dos trabalhos na qualidade do Vice-Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil tendo em conta a ausência por motivo pessoal do Presidente eleito Edmilson Boa Morte Dias.

De seguida foi feita a composição da Mesa pelo Presidente com as seguintes Deputadas: Wilsinia Neto (Associação Surdo-mudo), Camélia Flávia Vera Cruz (Cantagalo) e Cândida Santos (Água-Grande).

O Presidente no seu discurso disse que o Parlamento Infanto-Juvenil é um verdadeiro exemplo da educação para uma democracia activa e participativa dos jovens de São Tomé e Príncipe.

Também foi concedido um minuto de silêncio em virtude do falecimento da Sra. Isaura Carvalho, Professora da Escola Portuguesa em São Tomé e Príncipe.

Efectuou-se a leitura da Recomendação do Parlamento Infanto-Juvenil realizado no ano passado.

Procedeu-se ao debate sobre Igualdade de Oportunidades para todas as Crianças, tendo usando da palavra os Deputados Olímpia Sousa (Água-

Grande), Nikylse Pires (Lobata), Alycinilde Rompão (Mé-Zóchi), Zenedine da Silva (Lembá), Mário Monteiro (Cantagalo), Ivânia Santos (Região Autónoma do Príncipe), Kelvio Santos (Cauê), Bruno da Silva (Associação dos Deficientes), Julicia Lima (FONG - Novo Futuro), Rebeca Sousa (Cantagalo), Marcelina Bonfim (Mé-Zóchi) e Ayrá Amaro (Água-Grande), Edmilson dos Ramos (Lobata), Melissia do Nascimento (Lembá), Ricardo Pires (Água Grande), Abgilza da Silva (Mé-Zóchi), Amarília Barros (Cantagalo), Elyane Pina (Escola Portuguesa), Wilsinia Almeida (Surdo-Mudo), Edmilson das Neves (Mé-Zóchi), Marcio da Silva (Escola Portuguesa), Ely Patricia (Água Grande), Raquiel Ramos (Região Autónoma de Príncipe), Celine Santiago (Mé-Zóchi), Leonaldo Barros (Água Grande) Karem Perira (Cauê)

Foi feita a leitura das recomendações, pela Deputada Cândida Santos (Água-Grande).

No final procedeu-se à entrega de brochuras que contêm a Lei do Parlamento Infanto-Juvenil aos Srs. Professores responsáveis pelas crianças de cada distrito e Região Autónoma do Príncipe.

O Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente da Assembleia Nacional** (José Diogo): — Deputadas e Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 9 horas e 50 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes deputados:*

#### **Distrito de Água Grande**

Ayra Vanessa B. Amaro  
Cândida Fernandes Pires dos Santos  
Ely Patrícia Viana da Costa  
Hélia Cristina Viana da Costa  
Leonardo Fernandes de Barros  
Leonaldo Barros dos Santos Quaresma  
Olímpia Sousa Pontes Will  
Paulo Jorge Tavares Mendes d'Assunção  
Paulo Jorge dos Santos Afonso Marçal  
Ricardo Pires dos Santos Matvrev

#### **Distrito de Mé-Zóchi**

Abigailza Sacramento da Silva  
Allycinilde Nazaré de C. Rompão  
Celine Dias Viegas Santiago  
Denis Fernandes de S. Soares  
Eliane Amado da Costa Cruz  
Edmilson das Neves Amoço  
Gelsa da Cruz Catarino  
JoacyCamblé B. Neto  
Jorciano Gaspar Soares  
Marcelina Lima Bonfim  
Milanucha do Sacramento S. Simão  
Tiago Pereira Neto d'Almeida

#### **Distrito de Cantagalo**

Amarília Barros das Neves  
Camélia Flávia da Graça Vera Cruz  
Gorett Boa Morte  
Léris Frank Mendes  
Mauro Lima Monteiro  
Rebeca Diogo Mendes de Sousa

#### **Distrito de Lobata**

Ermina Pinto Quaresma Nené  
Edimilson Rony Pires Lopes dos Ramos  
Gladys do Nascimento Furtado  
NikylseNady Ferreira Pires  
Telma da Silva Segundo

#### **Distrito de Lembá**

Ana Kátia Pereira Fernandes  
Irissy Diogo Bonfim  
Melissa da Viegas do Nascimento  
Valdemar de Pina Teixeira  
Zenedine Rodrigues da Silva

#### **Distrito de Caué**

Genilza Monteiro d'Alva  
Karem Dilara Luís Pereira  
Kelvio Viegas dos Santos  
Okssania Monteiro Mesquita

**Região Autónoma do Príncipe**

Ivânia Afonso Dias Andrade  
Jorciley dos Santos Cabral  
Jercia da Mata Bom Jesus  
Kelmy da Mata Almeida da Costa Lavres  
Raquiel dos Ramos

**ONG ACASTEP**

Ester Dias Lourenço

**ONG ADSTP**

Bruno Afonso de Silveira

**ONG ARCAR**

Dalton Nazaré

**Escola Portuguesa**

Elyane Pina da Conceição  
Márcio da Silva Monteiro Fernandes

**ONG Fundação Criança e Juventude**

Letícia Guimarães  
Julicia da Costa Lima

**ONG Surdo-Mudo**

Wilsinia Neto Almeida

O Sr. **Presidente da Assembleia Nacional**: — Em primeiro lugar gostaria de saudar o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e de Assuntos Parlamentares e também o Sr. Ministro da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação Social que estão presentes nessa sessão. Imediatamente vamos adiantar nossa actividade, sendo assim vou abrir já agora com um discurso de abertura.

Excelentíssimas Senhoras e senhores Deputados da 5ª Comissão Especializada Permanente

Excelentíssimo Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares; Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação;

Excelentíssima Sra. Representante Residente da UNICEF Excelentíssimo Sr. Representante do PNUD, em São Tomé e Príncipe; Digníssimos Representantes das delegações distritais e regional da Educação, da Escola Portuguesa, das organizações federadas na FONG, e da Associação de Cegos e Ambiopes de São Tomé e Príncipe; Caras e Caros Deputados do Parlamento Infante-Juvenil; minhas senhoras e meus senhores; Excelências.

É para mim, uma grande honra e motivo de satisfação, poder hoje, dar início à mais uma oportunidade de ensaio, atinente ao funcionamento do Parlamento Infante-Juvenil.

Gostaria de sublinhar que este Parlamento tem propósitos que se alicerçam nos seguintes objectivos:

- 1º) Incentivar o interesse dos Jovens pela participação cívica e política;
- 2º) Sublinhar a importância da contribuição dos jovens para a resolução de questões que afectam o seu presente e o futuro individual e colectivo, fazendo ouvir as suas vozes junto dos órgãos do poder político;
- 3º) Dar a conhecer o significado do mandato parlamentar e o processo de decisão do Parlamento, enquanto órgão representativo de todos os cidadãos são-tomenses;
- 4º) Incentivar as capacidades de argumentação na defesa das ideias e dos interesses, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria.

Importa frisar que participam nesta II Sessão as mesmas crianças no sistema de ensino, seleccionadas no ano passado, tendo sido feitas pequenas substituições em relação àquelas que já completaram 18 anos, que vieram e mudaram de distrito, duas crianças do ensino privado, nomeadamente da Escola Portuguesa.

As mesmas crianças portadoras de deficiência física e fora do sistema de ensino que participaram no ano passado, com pequenas alterações.

De salientar que o tema de reflexão seleccionado conjuntamente com o Ministério da Educação e a UNICEF, é o mesmo que se utilizou no dia 1 de Junho, em todas as escolas do País, a saber: «Igualdade

de Oportunidades para todas as crianças». Por outro lado, julgo ser pertinente e de forma recorrente, relembrar os temas referentes aos Direitos das Crianças, com maior ênfase no direito à educação, direito à alimentação equilibrada e saudável, direito à saúde, direito à protecção contra a violência doméstica, à protecção contra o trabalho infantil e os demais direitos consagrados na convenção das Nações Unidas sobre os direitos das crianças.

Por conseguinte, pretendemos levar a cabo a implementação desse Projeto em duas fases; sendo uma primeira, que terá lugar hoje, como mais uma sessão de aprendizagem sobre a condução de trabalhos Parlamentares, e numa segunda fase, que deverá ocorrer no dia 16 de Junho do próximo ano, em que passaremos finalmente à institucionalizar de forma perene, o Parlamento Infanto-juvenil.

Para o efeito, estão programadas algumas acções para:

Divulgar através de brochuras, a resolução da Assembleia Nacional que institucionaliza o Parlamento Infanto-Juvenil, junto das delegações distritais e regional da educação, directores, professores, alunos, pais e encarregados da educação;

Eleger Deputados ao Parlamento Infanto-Juvenil, nos termos do Regulamento Eleitoral, para um mandato de dois anos;

Realizar a Sessão Plenária do Parlamento Infanto-Juvenil a 16 de Junho de 2018.

Para terminar, gostaria de agradecer muito sinceramente a todas as entidades que apoiaram esta iniciativa, e deixar uma palavra de apreço, a todos os parceiros de cooperação que tudo fizeram e se dedicaram horas afins para que hoje pudéssemos materializar o tão almejado Projeto.

Refiro-me particularmente ao Ministério da Educação, através das respectivas delegações distritais e regional, direcções escolares e professores envolvidos; à Escola Portuguesa; às associações federadas na FONG, tais como a ARCAR, a Fundação Novo futuro, a Fundação da Criança e da Juventude e a Associação de Cegos e Ambíopes de São Tomé e Príncipe.

Graças a essas sinergias, temos aqui representadas no Parlamento Infanto-Juvenil, todas as crianças de São Tomé e Príncipe, salvaguardando deste modo, os princípios de inclusão e igualdade de oportunidades.

Nossos reconhecimentos são extensivos à UNICEF e ao PNUD, pelos contributos de que o País tem vindo a beneficiar, nos seus respectivos ramos de actuação e aproveitamento, e agradecer através dos seus representantes pela parceria na organização e implementação deste projeto.

Uma nota muito especial às Sras. e aos Srs. Deputados da 5ª Comissão Especializada Permanente e aos técnicos da Assembleia Nacional, pela dedicação, pelo trabalho árduo na sensibilização, selecção e explicações transmitidas aos alunos, aos educadores e aos pais, pela importância deste evento para a nossa Casa Parlamentar, fortalecendo assim a nossa democracia, consolidando o nosso estado de direito e colocando o País no concerto das nações.

Estamos no mesmo patamar de países livres e independentes, firmemente engajados na luta contra a pobreza.

Um dos nossos principais objectivos prende-se com o nosso desenvolvimento socioeconómico, com intuito de alcançar o bem-estar do nosso povo.

Aos Deputados Infanto-Juvenis, desejo uma óptima sessão de trabalhos parlamentares, onde possam expressar as vossas vontades, debatendo e trocando ideias sobre questões que vos devem ser comuns, resultando daí, as mais pertinentes conclusões e recomendações.

Hoje são os privilegiados para constituir o Parlamento Infanto-Juvenil.

Portanto, procurem desempenhar com zelo e sucesso as vossas funções, na expectativa de serem eventualmente, os futuros Deputados eleitos à Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

Um bem-haja a todos e muito obrigado pela vossa atenção.

### *Aplausos*

Gostaria de convidar o Presidente do Parlamento Infanto-juvenil a vir assentar aqui no lugar do Presidente, porque ele vai continuar a conduzir a sessão plenária. E também as minhas felicitações pelo ensaio que vai ter que fazer.

*Pausa para o Presidente do Parlamento Infanto-juvenil ocupar o seu lugar na Mesa.*

**O Presidente:** — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Caros convidados e convidadas, bom dia.

O Parlamento Infanto-Juvenil é um verdadeiro exemplo de educação para uma democracia activa e participativa dos jovens de São Tomé e Príncipe na participação cívica e política, respeitando os valores da tolerância e do poder de diálogo.

Por isso, hoje estamos uma vez mais reunidos para falarmos sobre o tema «Igualdade de Oportunidade para todas as Crianças».

Excelências, esperamos ansiosamente que este debate seja proveitoso e que as preocupações saídas deste parlamento, ao exemplo do ano passado sejam tomadas em consideração e que sirva de base na construção de política relacionada com as crianças e jovens são-tomense.

Assim, agradeço a presença de todos nesta sessão e dou por iniciada a sessão.

*Aplausos.*

Como sabem, o nosso parlamento está constituído por 55 deputados, vindos de todas as regiões, distritos, incluindo a Região Autónoma do Príncipe, sendo Lembá com 5, Lobata 5, Água Grande 12, Mé-Zóchi 12, Cantagalo 6, Caué 4. Região Autónoma do Príncipe 5, ONGs 3, ACASTEP 3.

Dada a participação especial da escola portuguesa e tomando conhecimento do desaparecimento físico da professora Isaura Carvalho, aproveitamos a oportunidade para dedicar um minuto de silêncio pelo sublime contributo que prestou a educação são-tomense e em particular a escola acima referida.

*A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.*

Para este ano o tema será, «Igualdade de Oportunidade para todas as Crianças», como fiz referência. Logo, peço a Secretária da Mesa que faça leitura da recomendação do ano passado.

A **Secretária** (Cândida Santos): — Recomendações. Tema: «Abandono Escolar, o Papel do Parlamento».

1. Construção de mais salas de aula, escola mais próxima das comunidades.
2. Aquisição de mais transportes escolares com preços acessíveis a famílias de baixo rendimento.
3. Construção de escolas específicas ou adaptadas as crianças com necessidades especiais.
4. Apoio financeiro as famílias carenciadas.
5. Conceber projectos educativos mais adaptados a realidades das crianças são-tomenses.
6. Fornecer materiais e manuais escolares de qualidade as escolas.
7. Criação de mecanismos para que a lei sobre o trabalho infantil seja realmente implementada.
8. Criação de um gabinete escolar com representação dos pais, encarregado de educação e professores com finalidade de aconselhamento dos alunos aos bons valores.
9. Aumento de campanha de sensibilização para a prática de abstinência total.
10. Melhorar as condições de trabalho dos professores.
11. Adoptar estratégias para que as escolas sejam mais atractivas e amiga das crianças.
12. Criar mecanismos que elimine o assédio sexual nas instituições escolares.
13. Construção de liceus no distrito de Caué e na Região Autónoma do Príncipe.

*Aplausos.*

O **Presidente**: — Assim sendo, declaro suspensa a sessão por um período breve de 30 minutos.

*Eram 10 horas e 10 minutos.*

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 10 horas e 40 minutos*

As Deputadas e Deputados, terão três minutos para fazerem as suas intervenções, ou seja, só iremos ter 1 hora de debate, por isso, peço a compreensão de todos, que tenham calma a falar, que não criem distúrbio durante o debate.

Assim sendo convida a colega deputada a fazer a leitura dos nomes das pessoas que estão inscritas para o debate.

Tem a palavra a Deputada Cândida Santos.

A **Secretária** (Cândida Santo): — Passo a ler os nomes das deputadas e dos deputados que irão intervir.

Distrito de Água Grande; Ely Patrícia Viana da Costa, Olímpia Sousa Pontes Will, Ricardo Pires Matverev, Leonardo Fernandes de Barros, Ayra Vanessa Amaro. Elyane Pina da Conceição Neto da Escola Portuguesa. Distrito de Mé-Zóchi; Celine Dias Viegas Santiago, Marcelina Lima Bonfim, Edmilson das Neves, Abgilza Sacramento da Silva, Allycinilde Nazaré de Ceita Rompão.

Distrito de Lobata; Edmilson dos Ramos, Gladys Furtado, Nikylse Dias. Distrito de Cantagalo; Mauro Lima Monteiro, Amarília Barros das Neves, Rebecas Diogo Mendes de Sousa. Distrito de Lembá; Ana Kátia Pereira Fernandes, Melissa da Veiga Nascimento. Distrito de Caué; Okssania Monteiro Mesquita, Karem Pereira, Kelvio Semedo. Região Autónoma do Príncipe; Raquiel Ramos, Ivânia Santos. Organizações não Governamentais; Julicia da Costa, da Fundação Novo Futuro. Crianças Portadora de Deficiência, Bruno Silveira da Associação dos Deficientes e Wilsinia Almeida da Associação dos Surdos.

O **Presidente**: — Assim sendo convido para fazer uso da palavra a colega Deputada Olímpia Sousa.

A **Deputada Olímpia Sousa** (Água Grande): — Bom dia a Mesa, Caras deputadas e deputados e obrigada pela oportunidade que me dão para fazer o uso da palavra.

Relativamente ao tema a ser abordado, «Igualdade de Oportunidade para todas as crianças», pode ser compreendido com sendo um princípio geral cujas duas vertentes podem ser vistas como a proibição da discriminação em razão da nacionalidade e a igualdade para todas as crianças, independentemente da raça, cor, cultura, religião e sobretudo as crianças portadoras de deficiências físicas.

Os subtemas compreendidos neste debate serão: trabalho infantil, violência infantil, desigualdade de oportunidade para todas as crianças entre outros que podem ser considerados como mais importantes.

Relativamente as crianças portadoras de deficiência e com necessidades especiais deveria haver uma atenção especial as mesmas.

Infelizmente em São Tomé só existem dias escolas com capacidades para acolherem essas crianças o que é um número muito reduzido e isso é muito preocupante uma vez que essas crianças também têm direito a educação igual a outras crianças normais.

Outra questão que me traz a esta Casa Parlamentar é a desigualdade de género das crianças que podem ir as escolas.

Nas regiões rurais felizmente isso tem estado a diminuir, alguns pais depois de uma certa idade só permitem que os rapazes vão a escola deixando as raparigas em casa fazendo trabalhos domésticos para se tornarem uma moça prendada.

A preocupação aqui é que esses pais que querem que as suas filhas se tornem uma moça prendada esquecem que no futuro ela poderá ser uma moça triste pelo facto de não ter o estudo, ser maltratada pelo marido, sofrer outras consequências na sociedade. O meu apelo ao Governo de São Tomé e Príncipe relativamente as crianças com deficiência é que possam construir mais escolas com professores qualificados, que possam abarcar essas crianças de modo que elas possam usufruir desse direito.

Também deixo uma frase de apelo e de reflexão aos pais educadores que «ninguém é deficiente por querer ser ou não».

*Aplausos.*

O **Presidente**: — Tem a palavra a colega Deputada Nikylse Dias.

A **Deputada Nikylse Dias** (Lobata): — Bom dia a Mesa, bom dia a todos.

Caros colegas deputados, Excelências. Sou do Distrito e Lobata e estudo na Escola Básica de Conde.

Como o tema deste ano é «Igualdade e Oportunidade para todas as Crianças» é neste sentido que quero vos dizer que a minha escola não tem casa de banho para os alunos, somos obrigados a defecar no mato. A vedação está incompleta, com isso as pessoas entram pela parte de traz e vandalizam a cantina.

Em representação dos deputados dessa escola gostaria que essa recomendação fosse aceite pelo parlamento e tomada em consideração pelo Governo de São Tomé e Príncipe.

O **Presidente**: — Tem a palavra a colega Deputada Allycinilde Nazaré.

A **Deputada Allycinilde Rompão** (Mé-Zóchi): — Boa tarde a todos, obrigado à Mesa pela palavra, Caros Deputados e Excelentíssimos.

Vimos hoje para falar de um problema extremamente importante para a nossa sociedade e para qualquer sociedade, que é: igualdade de oportunidades para todos.

Infelizmente, não é o caso do nosso país, que a desigualdade prevalece até então. O Governo é responsável para criar todas as condições necessárias para que isso aconteça.

Porém, também é responsabilidade nossa. A discriminação, o preconceito, o racismo, que existe ainda no nosso país não permite que isso aconteça. É necessário que haja uma mudança de mentalidade de todos. De cada indivíduo de São Tomé e Príncipe, para que isso possa acontecer um dia.

Também um problema que afecta muito o nosso país também como os outros é a corrupção. Muitas pessoas tiram aquilo que não é delas, prejudicando as outras, sem pensar nas consequências negativas que podem causar, para o seu materialismo, egoísmo e até mesmo o individualismo. Porque querem ter mais, possuir mais e mais poder, esquecendo que existem pessoas que realmente necessitam desse dinheiro para que as condições sejam feitas, para que a igualdade e oportunidades sejam para todos.

O nosso país é um arquipélago sim, é dependente economicamente, mas isso não significa que devemos estar limitados. Devia ser uma motivação para cada um de nós trabalhar mais e estarmos mais unidos no nosso país.

Na minha opinião, para que a igualdade de oportunidades seja um facto no nosso país, cada um deve respeitar os seus direitos e, exigimos também lembrar dos seus deveres. Conquistar, lutar e aproveitar todas as oportunidades que lhes são dadas para que um dia a igualdade de oportunidades não sejam meras palavras. Que seja uma realidade vivencial no nosso país.

Muito obrigado.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Ana Cátia Pereira Fernandes, Distrito de Lembá.

A **Deputada Cátia Fernandes** (Lembá): — Vou passar a palavra ao meu colega Deputado Zenedine.

O **Presidente**: — Tem a palavra o colega Deputado Zenidine da Silva para uma intervenção, Lembá

O **Deputado Zenedine da Silva** (Lembá): — Muito obrigado, a Mesa. Sou Zenedine Rodrigues da Silva, venho do Distrito de Lembá.

No dia 1 de Junho, nós as crianças comemoramos o nosso dia. Este ano sob o lema 'Queremos protecção e igualdade de oportunidades para todas as crianças'. Hoje, muitas crianças sofrem por falta de protecção, oportunidade e igualdade. Mas, porquê? Será que o nosso direito só existe no papel?

No Distrito de Lembá, cada dia que passa aumenta muito caso de violação dos direitos das crianças. O Estado tem o conhecimento. Como proposta, Lembá precisa de uma biblioteca para a investigação, criação de um gabinete para acompanhar o estado de saúde dos alunos no Distrito. Obrigado.

*Aplausos.*

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o colega Deputado Mauro Lima Monteiro, Cantagalo.

O **Deputado Mauro Lima Monteiro** (Cantagalo): — Primeiramente, eu gostaria de agradecer a essa oportunidade e endereçar os meus cumprimentos ao Presidente do Parlamento Infante-Juvenil. Meus cumprimentos também aos Deputados da 5ª Comissão e as caras e caros Deputados e Deputadas.

Tendo em conta que o tema do nosso debate de hoje é igualdade de oportunidade para todas as crianças, eu gostaria de expor o seguinte: sabemos que nas comunidades rurais do nosso país, mais concretamente, falo do meu distrito, Distrito de Cantagalo, as crianças frequentam um ensino precário. Existem situações em que alunos de diferentes classes frequentam a mesma turma, com o mesmo professor.

Em outras ocasiões, alunos deslocam-se quilómetros e quilómetros de distância para irem à escola. Ou, por vezes mesmo, até à nossa capital. E para isso, sabemos que é necessário um custo e que nem todas as famílias têm esse recurso, o que leva muitas das vezes alunos a abandonar os seus estudos, porque não têm oportunidade.

Por outro lado, vê-se nas escolas, escadas, e sabemos que temos deficientes no nosso país e eles, quando tiverem que subir as escadas, principalmente os deficientes que não podem andar, fazem muito sacrifício ao subir as escadas. Por outro lado, existem pais que impedem os seus filhos de irem para escola porque têm que trabalhar para ajudar a família e se o Governo nada fizer para combater esses actos, futuramente, vamos ter novamente os pais incultos, sem estudos e não terão como de dar oportunidades aos seus filhos. Estaremos sempre no mesmo caminho, com um passo sempre atrás.

Então, como solução, eu gostaria de expor o seguinte: que criasse mais escolas, sobretudo nas comunidades mais longínquas. Comunidades mais distantes, porque houve-se falar de escolas nas proximidades, mas, até então, há muitas crianças a se deslocarem quilómetros de distância para estudar. Quando se construir escolas, que construíssem de uma forma a pensar no futuro. Porque, quando se cria uma turma para 30 alunos, com 30 carteiras, sabe-se que a tendência da nossa sociedade...

O **Presidente**: — Deputado seja breve porque o seu tempo já está a acabar.

O **Deputado Mauro Lima Monteiro** (Cantagalo): — A tendência da nossa sociedade é de aumentar e quando criam as turmas para 30 alunos, dentro de 2, 3 anos, lá vai suportar cerca de 60 ou mais alunos, fazendo com que alunos têm que assistir as aulas de pé. Assim, não haverá capacidade de aprendizagem nessas situações.

Eu gostaria que criassem escolas com capacidade suficiente para os alunos.

Muito obrigado.

*Aplausos.*

O **Presidente**: — Tem a palavra a colega Deputada Ivânia Santos, Região Autónoma do Príncipe.

A **Deputada Ivânia Santos** (Região Autónoma do Príncipe): — Bom dia Presidente. Obrigado pela palavra.

Tendo em conta o tema, Igualdade de oportunidade para todas as crianças. Em meu nome e no de todas as crianças da Região Autónoma do Príncipe, gostaria de dirigir um especial cumprimento ao caríssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional.

Exmo. Sr. Ministro da Educação e Exmos. Srs. Deputados membros da 5ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional bem como todas as crianças africanas.

Antes de mais, gostaria também de saudar a todos neste acto solene de grande relevância para todas as crianças que pertencem a comunidade africana. No dia 16 de Junho, celebramos mais uma data que foi consagrada pela Organização das Nações Unidas a ONU desde 1991 como Dia Internacional da Criança Africana.

Esta data surge devido a violência a que são submetidas muitas crianças e que, hoje em dia, sofrem de maus-tratos, violências, de fome e discriminação racial.

No entanto, o dia das crianças africanas é também para ser visto como um dia de muitas felicidades, concretizações e amizade. Para tal efeito, gostaria de deixar uma mensagem de conforto, de encorajamento para todas as crianças africanas, referindo que:

Ser criança é descobrir o mundo todos os dias.

Ser criança, é ser curioso, é ser honesto, e acima de tudo carinhoso.

Ser criança é ser feliz.

Desfrutar de todos os momentos bons da vida.

Ser criança é gostar de viver intensamente.

Obrigado.

*Aplausos.*

**O Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o colega Deputado Kelvy Semedo, Caué.

**O Deputado Kelvy Semedo (Caué):** — Bom dia Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil e bom dia, caras e caros Deputados.

Sabia que a avaliação do impacto de igualdade pode ser ampliada na legislação, planos de políticas e programas de orçamento afins. E nas políticas e serviços discentes, realmente tudo isso deve acontecer, numa fase inicial do processo de tomada de decisão para que as políticas sejam alteradas ou mesmo abandonadas.

Ela providencia uma metodologia para os fazedores de políticas avaliarem se as políticas vão proporcionar a igualdade e oportunidade a todos os níveis e ajudar a desafiar os fazedores de política e a questionarem a ideia que a política e serviço afectam a todos da mesma maneira. Coloca as questões chave para os fazedores de políticas e serviço terem presente em cada fase do processo, tais como: definir os assuntos e objectivos, definir a política que pretende atingir, compreender os diferentes problemas e preocupações, possibilitar igual contribuição, recolher informações, reunir dados estatísticos com base em género, raça e deficiência. Deve-se consultar mulher e homens, grupos étnicos e os deficientes e fazer a interpretação de acordo com perspectivas diferentes. Deve-se ainda desenvolver opções, determinar o impacto de implicações para diferentes grupos, oferecer escolhas e oportunidades reais e remover as ideias estereotipadas.

Obrigado.

**O Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o colega Deputado Bruno da Silva, Associação dos Deficientes.

**O Deputado Bruno da Silva (Associação dos Deficientes):** — Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Srs. Deputados da 5ª Comissão Especializada Permanente, Caros Deputados ao Parlamento Juvenil. Caros convidados, Excelências: É de louvar a iniciativa do Governo a este Parlamento Infanto-Juvenil, isto porque queremos ver a população são-tomense, e não só que, também somos capazes de realizar diversas tarefas que nos compete. Também queremos louvar ao Governo pela aprovação da Lei de Base das Pessoas com Deficiência e a sua reflexão, faltando ainda a sua implementação que por nós é desejada.

Como o lema diz: «Igualdade de Oportunidade para todas as Crianças», gostaria que o Governo a implementasse esta valiosa lei. Gostaria que nós os deficientes tivéssemos a isenção de matrículas escolares, das propinas e que, no início do ano lectivo, o Governo oferecesse quites escolares aos alunos mais carenciados.

Quero apelar ao Governo, junto às autoridades competentes, que nos novos edifícios erguidos neste país pudesse ter rampas de acesso às pessoas com eficiência.

No fim, gostaria, em nome de representação dos Deputados dos deficientes, que esta recomendação fosse aceite pelo parlamento e tomadas em consideração pelo Governo.

Gostaria que até ao próximo ano, eu, como cadeirante, poder circular livremente por todos os sectores destes edifícios.

Obrigado a todos.

*Aplausos.*



O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Julícia da Costa, Fundação Novo Futuro.

A **Deputada Julícia da Costa** (Fundação Novo Futuro): — Obrigada, Presidente por me ter concedido a palavra.

Chamo-me Julícia da Costa Lima. Tenho 12 anos. Estou aqui em representação da Fundação Novo Futuro. Venho no quadro da comemoração do dia 12 de Junho, Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, cujo tema deste ano é: 'Em conflito e catástrofes, protejamos as crianças do trabalho infantil.

O trabalho infantil é toda a actividade económica de sobrevivência remunerada ou não, realizada por crianças menores de 15 anos, nas piores formas, por crianças ou adolescentes de idade inferior a 18 anos, susceptíveis de prejudicar a saúde e segurança e o seu desenvolvimento psíquico, físico, social e moral.

A criança pode fazer a sua cama, lavar a louça, fazer pequenos trabalhos em casa de ajuda aos pais, brincar com os seus colegas e ir à escola.

Para que tudo se cumpra aqui em São Tomé e Príncipe, a comissão tripartida, constituída pelo Governo, Câmara do Comércio e as Centrais Sindicais, com apoio da OIT, elaboraram a lista das piores formas de trabalho infantil já incluindo o novo Código Laboral e conceberam um Plano Nacional de Educação Contra o Trabalho Infantil, em que desenvolver-se-ão acções durante o período 2013 a 2018, em termos de 4 eixos de intervenção: promoção de conhecimento sobre a realidade e trabalho infantil, com destaque para as suas piores formas; desenvolvimento de acções de comunicações e mobilizações em torno de trabalho infantil, integração de políticas públicas de prevenção, erradicação e atendimento de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil; assistência social, cultural, educação, desporto lazer e saúde; segmento e avaliação, controlo social, fiscalização para prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Cumpriremos com essas acções os seguintes objectivos: dotar a sociedade são-tomense em geral de conhecimento sobre a realidade de trabalho infantil, com destaque para as suas piores formas; promover a mudança de comportamento e atitudes, práticas referentes ao trabalho infantil; contribuir para a garantia de cumprimento da legislação do trabalho infantil.

Como puderam constatar, já temos alguns avanços a nível nacional que comparamos aos outros países que segundo os resultados dos estudos realizados em 2014, com o apoio da OIT, concluiu-se que 8% das crianças e adolescentes trabalham com o objectivo de ajudar a família.

A erradicação do trabalho infantil ...

O **Presidente**: — Colega Deputada atenção ao tempo e por favor termina a sua intervenção.

A **Deputada Julícia da Costa** (Fundação Novo Futuro): — ... é um desafio, porque o trabalho infantil é uma forma de exploração e violação grave dos direitos das crianças e adolescentes. Todas as crianças têm o direito de serem protegidas do trabalho infantil e de outras violações dos direitos fundamentais.

Protejamos as crianças do trabalho infantil e das suas piores formas.

Obrigado pela vossa atenção.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Rebeca Dias Mendes, Cantagalo.

A **Deputada Rebeca Dias Mendes** (Cantagalo): — Bom-dia o Presidente Parlamento Infanto-Juvenil, bom-dia caros Deputados da 5ª Comissão, e bom dia a todos os Deputados da mesa. Primeiramente, o meu nome é Rebeca Sousa, sou de Ribeira Afonso e pertença ao Distrito de Cantagalo.

Bem! Todos sabem que o tema do nosso Parlamento, hoje, é Igualdade de Oportunidades para todas as Crianças. Baseado no mesmo tema, eu vou falar um pouco sobre o subtema que é: «O Trabalho Infantil.» Todos sabem que o trabalho infantil tem as seguintes causas: baixa renda, baixa escolaridade dos pais, grande quantidade dos filhos, má qualidade da educação, insucesso escolar e outros. Esses factores contribuem para que as nossas crianças sejam forçadas ao trabalho que não são do seu interesse, ou trabalhos que não correspondem aos sonhos daquelas crianças. Essas causas contribuem para as seguintes consequências: abandono escolar, destruição dos sonhos, uma infância perturbada, estilo de vida agressiva e baixo grau de escolaridade.

Nesse caso, a minha proposta de solução é realizar mais encontros e sensibilizar mais os pais e institucionalizar uma lei que proíba o trabalho infantil no nosso país.

Obrigada pela atenção e compreensão de todos.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Marcelina Lima Bonfim, Mé-Zóchi.

A **Deputada Marcelina Lima Bonfim** (Mé-Zóchi): — Muito bom dia a todos, muito obrigado Presidente por me ter concedido a palavra.

Como todos já vimos, o nosso lema deste ano é «Igualdade de Oportunidades para todos as Crianças», então, venho com subtema que fala sobre a influência familiar.

Nos termos do nº 1 do artigo 15º da nossa Constituição da República, todos os cidadãos são iguais perante a Lei. Gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de origem social, raça tendência religiosa, ou convicção filosófica.

Este artigo quer nos dizer que, todos os cidadãos fazem parte do mesmo corpo social e, portanto, são submetidos às mesmas regras e devem receber os mesmos tratamentos. Infelizmente, na prática nem sempre isso tem acontecido, tendo em conta que o tráfico de influência e a política familiar têm tomado conta da nossa sociedade, sobretudo, em todas as instituições públicas e privadas. Por exemplo, nos concursos públicos, nem sempre são tomadas em consideração, e nem tidas em conta a capacidade dos concorrentes, através do chamado «*punda bô*». Para nós, isso não pode ser. Através dessas influências, leva-nos a concluir que a igualdade está longe de ser uma realidade absoluta em São Tomé e Príncipe. Pois, constitui apenas um ideal! Entretanto, para solucionar o problema, trago as seguintes propostas:

Cumprimento rigoroso das normas de deontologia profissional;

Demissão dos infractores e a conseqüente anulação das suas decisões; Divulgação das leis, através da comunicação social e muito mais.

Portanto, acredito pois, que desta forma, podemos conservar uma dignidade igual para todos os cidadãos são-tomenses.

Muito obrigado e um bem-haja a todos.

*Aplausos.*

**O Presidente:** — Tem uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Ayra Vanessa Amaro, Água Grande.

**A Deputada Ayra Vanessa Amaro (Água Grande):** — Bom dia Mesa, bom dia Colegas Deputados de São Tomé e Príncipe, Chamo-me Ayra Amaro, tenho 12 anos, estudo 7ª classe na escola Secundária de Chácara.

Dando continuidade ao tema e entre outros subtemas que é o trabalho infantil, venho dar o meu contributo: Vou dar um exemplo claro: Encontramos muitos meninos com idade inferior aos 15 anos a trabalharem nas oficinas, a carregarem pneus, a trocarem pneus, a desmontarem carros. Se há uma lei que diz não, ao trabalho infantil no nosso país, esta lei não está sendo cumprida. Obrigado.

*Aplausos.*

**O Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Okssania Monteiro, Caué.

**A Deputada Okssania Monteiro (Caué):** — Muito bom dia, obrigada Presidente, pelo uso da palavra.

Um dos problemas que me traz aqui é a concentração de bolsa de estudo numa só parte da área da população.

Em primeiro lugar, para se implementar a igualdade e dar oportunidade a todas as crianças, eu recomendo:

A repartição de bolsa de estudo, de forma a dar oportunidade e implementar a igualdade para todas as crianças. Por exemplo: Se saem 10 alunos da população de Caué e para não serem só alunos de Angolares ou 10 da Ribeira Peixe ou 10 da EMOLVE, seriam assim: pelo menos 2 de Angolares, 2 de Porto Alegre, 1 do Ilhéus das Rolas, 1 de Monte Mário, de forma a enquadrar toda população.

Em segundo lugar, sabemos que Caué é um distrito pobre, de forma a dar oportunidade de formar pessoas, não pessoas de mente fraca, mas pessoas que não baixam cabeça para problemas, pessoas que correm atrás dos objectivos, pessoas que não têm medo de se expressar, é dar oportunidade para todas as crianças de modo para cada um mostrar o potencial a onde pode chegar. Como por exemplo: Quando as pessoas privilegiam uns, e quase nem ligam para outros. A onde é que esta a igualdade? A onde que igualdade se enquadra?

De certa forma não devemos ver uns diferentes dos outros, uns inferiores dos outros, no patamar de criança que somos, devemos ver um igual a outro. Talvez isso comece mesmo em casa. As crianças aprendem com os pais, quando os dizem não anda com este, porque é de classe inferior, mas isso não existe. Somos iguais, mesmos diferentes de cores, raças, de género, somos todos iguais.

E também eu recomendo uma frase de reflexão para todos.

Tem pessoas que correm, correm atrás de oportunidades, talvez vão além de onde podem ir, para procurar oportunidade. Também tem pessoas que mesmo tendo oportunidades desvalorizam e não pegam nessa oportunidade, como forma de mostrar quem realmente é, e a onde pode chegar.

Isso também muita das vezes acontece por falta de recursos económicos. Temos como por exemplo, bons alunos, e por falta de recursos financeiros, para se formarem, deixam de estudar e passam a trabalhar e, como trabalhar e estudar ao mesmo tempo vai reduzir aquele potencial, aquele poder, esse género de

capacidade de serem bons alunos, e passam a cada vez menos a reduzindo a média e talvez até esqueçam da oportunidade que tiveram de estudar.

Muito obrigada, era só isso.

*Aplausos*

O **Presidente**: — Obrigada colega Deputada. Para uma intervenção, tem a palavra o colega Deputado Edmilson dos Ramos, Lobata.

O **Deputado Edmilson dos Ramos** (Lobata): — Bom dia Presidente, bom dia, caras e caros Deputados.

No distrito de Lobata sabemos que existem muitas crianças sem uma educação de qualidade. É certo que deveria haver uma forma que as crianças fossem gozar de seus direitos. Por isso, gostaríamos de saber o plano do governo para resolver esta situação.

*Aplausos.*

O **Presidente**: — Tem a palavra a colega Deputada Melissa do Nascimento, Lembá.

A **Deputada Melissa do Nascimento** (Lembá): — Permite-me em primeiro lugar saudar aos órgãos de soberania presentes nessa sessão.

Eu quero também estender as minhas saudações a Mesa do Parlamento Infanto-Juvenil, aos meus colegas Deputados e Deputadas, aos professores, aos convidados, a sociedade civil em especial a todas as crianças.

Apesar de ter a plena consciência, que o assunto debatido, ou cujo tema: «Igualdade e Oportunidade para todas as Crianças», no meu ponto de vista, é muito grande e mexe com toda a sociedade para requerer mais os conhecimentos de todas as pessoas.

De acordo com a estática, a zona sul e norte do País, têm mais analfabetismo e pobreza.

No distrito de Lembá a anos atrás, os pais não querias que as crianças fossem a escola, devido a oportunidade.

Hoje em Lembá vemos isso com outra visão, e queremos mais contribuir para o desenvolvimento do País e do distrito, e para haver uma igualdade e oportunidade no distrito de Lembá queremos mais.

Ao um nível da educação, queremos a construção de um liceu, implementação de centro profissional em várias áreas, e ao nível de saúde o alargamento do nosso centro de saúde, visto que a população esta a aumentar, e temos pouco espaço no nosso centro de saúde.

Tenho uma proposta a fazer e umas coisas para poderem reflectir.

Porque que os deficientes do distrito de Lembá e não só não têm acesso a bolsa de estudo?

Obrigado só isso que tenho a falar.

*Aplausos*

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o colega Deputado Ricardo Pires, Água Grande.

O **Deputado Ricardo Pires** (Água Grande): — Bom dia Presidente, bom dia a Mesa, bom dia a todas Deputadas e Deputados.

Chamo-me Ricardo Pires, tenho 12 anos, moro na Ponta Mina, estudo na Escola Patrice Lumumba.

Estou aqui no Parlamento Infanto-Juvenil, com o tema «Igualdade de Oportunidade para todas as Crianças», e venho falar da pobreza.

Em São Tomé e Príncipe existem muitas crianças, andando nas ruas com roupas sujas e rasgadas, ao lado das padarias a pedirem dinheiro para comprarem pão.

Outras desde muito cedo começam a trabalhar, para sustentarem a família. Tudo isto por causa da pobreza. Os pais não ganhem suficiente para cuidarem dos seus filhos, nem para colocarem nas escolas. E, nós, os Deputados do Distrito de Água Grande, estamos muito preocupados com esta situação.

As sugestões que eu tenho a deixar são as seguintes:

Para construir mais edifícios de trabalho, e aumentarem as taxas de rendimento de uma forma razoável, não muito alto mais aceitável, para que os pais têm oportunidade de cuidarem dos seus filhos.

Muito obrigado.

*Aplausos*

O **Presidente**: — Obrigado colega Deputado. Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Abgilza da Silva, Mé-Zóchi.

A **Deputada Abgilza da Silva** (Mé-Zóchi): — Obrigada Sr. Presidente pela posse da palavra, bom dia caras Deputadas e Deputados, bom dia caros Deputados da 5.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional.

Chamo-me Abgilza da Silva, estudo na Escola Maria Manuela Margarido, e sou representante de Distrito de Mé-Zóchi.

Bom, falando da Igualdade e Oportunidade para todos, é necessário que todos temos que usufruir dos mesmos direitos e está sujeito aos mesmos deveres.

Para que uma sociedade seja justa é necessário que todos principalmente as crianças, que é a classe mais vulnerável, que sempre está sujeita aos actos dos adultos, têm as mesmas possibilidades de acesso ao nível básicos e de bem-estar social. Mas se olharmos internamente para situação do nosso país, isso não esta acontecer. A educação tem sido exclusiva, e não inclusiva. Visto que as crianças deficientes, ainda não encontraram um ambiente apropriável, que elas possam desenvolver as suas capacidades, uma vez que, com a discriminação, o preconceito, elas são forçada a abandonar a escola, e são marginalizadas por outras crianças. Mas se no nosso país as crianças deficientes não terem as mesmas possibilidades que as outras, como e que o país irá desenvolver-se?

Para tal deixo as seguintes recomendações:

Que o Governo, as organizações não-governamentais, criem condições favoráveis que possam abranger o crescente número dessas crianças, que fizessem mais campanha sobre preconceitos e não discriminação;

Que distribuíssem medicamentos grátis sobretudo nos postos de saúde e nos hospitais, de forma que elas possam sentir-se capazes, de forma que elas possam sentir-se amadas, como muito de nós aqui somos em nossos lares, elas não têm lares, maiorias se têm são pobres, e não têm condições favoráveis, elas querem se sentir especiais, elas querem se sentir únicas como nós somos. E para que isso aconteça temos que ter as mínimas possibilidades, e dar a elas também a oportunidade de mostrar que elas podem ajudar no desenvolvimento do nosso país.

Obrigada.

*Aplausos.*

O **Presidente**: — Muito obrigado colega Deputada. Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Amarília Barros, Cantagalo.

A **Deputada Amarília Barros** (Cantagalo): — Em primeiro lugar gostaria de saudar Sua a Excelência o Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil, também gostaria de saudar Excelências as Deputadas e os Deputados deste Parlamento e por fim saudar os representantes presentes das ONGs e todos os que estão cá presentes.

Eu chamo Amarília Barros, tenho 16 anos e estou cá a representar o Distrito de Cantagalo. Com base no tema Igualdade de Oportunidade para todas as Crianças vou abordar um subtema que é abuso sexual de menores. Falando de abuso sexual de menores, devemos recorrer as principais causas que fazem com que isso aconteça na nossa sociedade. E essas causas são: condições financeiras, ilusões por parte dos mais velhos, a vontade de querer ter tudo de bom e de melhor, ingenuidade dos menores, os adultos cometem pedofilia. Isto é, há adultos que envolvem-se sexualmente com menores por serem mais sensíveis e mais infantis.

A globalização também é um dos factores. Geralmente permite que os adultos abusem dos menores nas redes sociais. Temos como consequências de abuso sexual de menores a trauma mental e por vezes acabam por suicidarem-se, rejeição na sociedade, o menor sente-se sujo, perca da capacidade de amar a si e aos outros.

Como soluções proponho que o governo tenha muito mais a mão dura para que combate ao abuso sexual de menores, alertar os pais para que mantenha as suas crianças seguras e que ensine-as que respeitem os mais velhos não quer dizer que têm que obedecer seriamente aos adultos e as figuras das autoridades.

Os pais não devem dizer aos seus filhos que eles têm que fazer tudo que os mais velhos mandarem e que também fale claramente com o seu menino ou menina sem tabus e nem pré-julgamento sobre o assunto de sexualidade. Diga aos filhos que se alguém tratar de trocar-lhe o corpo e fazer-lhe coisas que fazem sentir-se incomodados dizem não as pessoas e que conte logo em seguida a você os pais. Porque os pedófilos ainda estão soltos por aí.

Nós os menores também temos o direito a igualdade, a liberdade, a respeito e a dignidade.

*Aplausos gerais*

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Elyane Pina, Água-Grande.

A **Deputada Elyane Pina** (Água-Grande): — Muito obrigada Presidente por palavra. Já agora muito bom dia Presidente, caras e caros Deputados, suas Excelências cá presentes e os convidados. Chamo-me Elyane Pina da Conceição Neto, aluna da Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe. Venho cá representar o Distrito de Água-Grande. Acho que quase todos já repararam que o nosso tema é Igualdade de Oportunidade para todas as Crianças e por isso devemos primeiramente perguntar. Existe igualdade de oportunidade para todas as crianças? Infelizmente não existe.

Uma criança que nasce numa família desfavorecida, ela não tem uma boa educação, porquê? Porque os pais muitas vezes pensam que pôr as crianças na escola é um prejuízo. Porque nós dizemos que a educação é gratuita. Pode ser até gratuita por causa das propinas, mas não porque os pais têm que comprar uniformes, têm que pagar transporte para as crianças deslocarem das casas para escola, têm que comprar materiais escolares e essa parte não é gratuita. E por isso muitas vezes os pais põem as crianças para fazerem trabalho infantil.

As crianças também desde muito pequenas dessas famílias desfavorecidas não têm uma boa condição de saúde. Se formos para um sítio e perguntar as pessoas, elas dizem que a saúde em São Tomé é gratuita. Mas é mentira. É gratuita fazer uma consulta e alguns medicamentos. Mas, fazer uma análise clínica e fazer uma radiografia por exemplo isso não é gratuita porque as pessoas têm que pagar para fazerem esses tipos de testes. E por isso acho que as entidades locais deveriam criar uma entidade de segurança social que desde que as crianças nasçam, acompanhar o crescimento delas até completar 18 anos, que crie planos de saúde e planos educacionais para essas crianças. E que acompanhe o seu progresso ao longo da vida.

Por exemplo nas famílias monoparentais algumas mães ou alguns pais até conseguem pôr as crianças nas escolas, mas essas crianças por inocência e por desleixo próprio proferem por exemplo jogar a bola ou pedir esmola, digamos assim. E quando as crianças não as escolas durante três dias ou uma semana, a escola deve ligar para essa entidade para que ela tenha que ir para casa dessa criança para saber porque é que ela não foi para escola e assim penalizar os pais de acordo com as causas.

*Aplausos gerais.*

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Wilsinia Neto Almeida, Associação Surdo-Mudo.

A **Deputada Wilsinia Neto Almeida** (Associação Surdo-Mudo): — Eu chamo Wilsinia e estudo na escola dos surdos-mudos em Bombom da Fundação Formação e Desenvolvimento. Quando eu era criança fui a escola e não aprendi nada porque o professor não sabia comunicar a língua gestual. Mas agora estudo no ensino especial em Bombom e eu já sei comunicar, ler, escrever e fazer as contas.

Outros têm direito a transporte e os surdos não têm, porquê? Éramos 80 alunos e agora ficamos com 35 alunos por falta de apoio de Ministério de Educação. Não podem excluir os surdos da sociedade, porque surdos podem trabalhar, escrever e fazer mais coisas. Os surdos precisam de um espaço na sociedade. Obrigada.

*Aplausos gerais.*

A **Professora de Língua gestual**: — Antes de mais eu queria dizer que os surdos não batem palmas. Para saudá-la tem que ser assim devido audição.

*Risos gerais.*

*Conforme a orientação da professora o plenário saudou a deputada pela sua intervenção.*

O **Presidente**: — Muito obrigada Deputada e também agradecer a senhora que interpretou os sinais que nos ajudou na compreensão da mensagem da Deputada.

Para uma intervenção, tem a palavra o colega Deputado Edmilson das Neves.

O **Deputado Edmilson das Neves** (Mé-Zóchi): — Muito obrigado Presidente pela palavra e mais uma vez muito bom dia a todos. Enquanto existir uma distribuição de renda no nosso país. Enquanto uns vivem de maior conforto e gozam dos melhores alimentos e outros vivem em condições sub-humanas, passam fome, nunca haverá igualdade de oportunidade.

É de conhecimento de todos cá no nosso país, que existem famílias monoparentais e que não têm recursos financeiros para proporcionar aos seus filhos acesso a esses meios mais básicos de sobrevivência. Porquê que o Estado não dá abono de família ou subvencionam aquelas famílias de modo que elas tenham recursos de proporcionar aos seus filhos meios de sobrevivência. E também dizer que aquelas coisas de chamar a TVS de ir as escolas e identificar alunos como carenciados e depois para fazerem aqueles pequenos gestos, no meu entendimento, isso é mais um motivo de as crianças se sentirem

marginalizadas. E de dizer também com esses abonos de família ou essa subvenção iria pôr todas as crianças no mesmo patamar, uma vez que não haveria alunos com batas rasgadas nas escolas, alunos em vez de levarem mochila a levar plásticos.

Ao longo da minha vida estudantil eu tenho constatado que para além da fome, de falta de recursos financeiros para pagar propinas, comprar sebatas e pagarem testes nós os alunos também temos a defrontar com alguns problemas psicológicos. E acho que já está na hora das escolas secundárias terem um psicólogo.

Na nossa sociedade os adolescentes e as crianças estão desamparadas. Existem crianças de mães comerciantes de peixes que saem de casa desde das sete e só regressam as dezassete. E essas crianças não têm irmãos em casa porque foram a escola e não têm criança para cuidar delas e ficam desamparadas. Para aquelas crianças que já frequentam jardins, se estado alargasse mais a hora das crianças saírem de jardim eu acho que não haveria violência e nem trabalho infantil porque ninguém vai entrar uma instituição para violar crianças.

Ninguém vai entrar numa instituição para dar crianças baldes de roupas e outras coisas que prejudicam os seus direitos. Também para dizer que nós adolescentes precisamos de um centro onde possamos explorar até plenitude as nossas capacidades porque isso traria desvantagem para nossa sociedade e não haveria aumento de números de assaltantes e de mais problemas que tem a afligir a sociedade.

Nesse momento sei que cá nessa Sala tem jornalistas, professores e lá de outro lado em casa tem pessoas e acho que já está na altura de cada um se consciencializar porque acabar com a desigualdade não é só um problema de Estado, é de todos nós. Já está na hora de revermos conceitos ...

**O Presidente:** — Colega Deputado, desculpa, mas já acabou o seu tempo.

**O Deputado Edmilson das Neves (Mé-Zóchi):** — Vou ser breve e deixa-me só acabar Presidente. E como ia dizendo, eu acho que já está na altura de revermos papéis, conceitos e atitudes. Juntos, somos capazes de criar um São Tomé e Príncipe justo e equilibrado por quando o pensamento é forte precisa uma questão de opinião. Obrigado.

**O Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Gladys Furtado, Lobata

**A Deputada Gladys Furtado (Lobata):** — Antes de mais gostaria de saudar a todos aqui presidentes e em especial o Presidente e os Deputados do Parlamento Infanto-Juvenil e aos Deputados da 5ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional. Na declaração de direito das crianças promulgado pelas Nações Unidas a segunda lei diz o seguinte:

A criança será protegida e terá um desenvolvimento mental, físico, espiritual, moral e social adequado.

Segundo essa lei observamos que há uma necessidade vital para o futuro da sociedade. Porque se não houver um cuidado para com as crianças de hoje teremos uma sociedade turbulenta, marginalizada com delinquentes intelectuais.

A título de exemplo, observamos sempre nas escolas, nas localidades e nos noticiários. A minha questão é a seguinte:

Que cuidado tem tido o governo com os conteúdos televisivos quer na rádio ao nível dos programas infantis, telenovelas, filmes e musicas que são passados para as nossas crianças como diversão? Que vícios têm promovido esses conteúdos?

Sugiro que haja uma melhor avaliação por parte da televisão a ser disponibilizada para as nossas crianças. Obrigada.

*Aplausos gerais*

**O Presidente:** — Muito obrigado Sra. Deputada. Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Ely da Costa do distrito de Água Grande.

**A Deputada Ely Patrícia da Costa (Água Grande):** — Bom dia a mesa e obrigada pela palavra. Bom dia Deputadas e Deputados infanto-juvenis e caros convidados. Sou Ely Patrícia tenho 13 anos de idade e venho da escola Patrice Lumumba. A minha intervenção nesta casa parlamentar é justamente para falar daquilo que já foi focalizado mas neste caso particularizando sobre a violência infantil. A violência infantil é todo tipo de agressão praticada para com as crianças jovens adolescentes menores de 19 anos. Os tipos de violências praticadas para com os menores podem ser: física, psicológica, sexual e não só.

Hoje em dia as principais causas dessa violência são: o consumo da droga, o exagero da bebida alcoólica por aí fora.

A título disso passo a narrar uma situação. No ano passado mesmo aqui em São Tomé houve um caso em que uma mãe agrediu o seu filho com caco de uma garrafa de cerveja quando a mesma deixou cair por assidente e isso é triste. As crianças são maltratadas, são violadas, humilhadas e até mortas todos os dias

no mundo, pelos pais, encarregados de educação, na escola, na rua e por maioria das vezes por desconhecidos.

Essas agressões levam as consequências que hoje os cidadãos sofrem e reclamam, como por exemplo:

Jovens na vida de prostituição, do vício, do roubo e não só. Nós não temos visto mudanças e perguntamos. A onde estão as autoridades quando as crianças são violadas ou assaltam alguém na rua? Serão que estão alerta? O que fazemos ou o que temos feito para acabar com a violência infantil? Porque não são dadas as crianças a oportunidade de crescer e ser feliz como todos sem depender da raça, da cor e da condição? São essas e de mais questões que trago para juntos reflectirmos e reservamos algumas recomendações que certamente servirá de orientação para mudança de mentalidade do nosso país.

A recomendação que tenho a deixar é as seguintes: Que o governo e não só, todos nós, tomemos medidas rígidas que proíba aos pais de mandarem menores comprarem bebidas alcoólicas. E que para aquelas pessoas que praticam esses tipos de violência contra os menores como punição deveriam fazer trabalho cívico na rua como limpeza das estradas porque as ruas estão muito sujas.

Sem mais nada a dizer, muito obrigada. Um bem-haja a todos.

*Aplausos gerais*

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Raquel Ramos da Região Autónoma de Príncipe.

A **Deputada Raquel Ramos** (Região Autónoma de Príncipe): — Bom a todos caros Deputados e caras Deputadas. Chamo-me Raquel Ramos, venho da Região Autónoma de Príncipe. Sou aluna da 7ª classe. As vozes das crianças devem ser ouvidas e tidas em contas em todas as questões que se relacionam com os seus direitos.

Pedir ao governo que façam esforços para que as crianças de São Tomé e Príncipe, têm condições de viver em paz com direito a alimentação, saúde, segurança, acesso a escola, a ter um nome uma família e sobretudo a protecção. O governo e a sociedade têm obrigação de fornecer cuidados especiais para as crianças que não têm famílias nem dinheiro para viver com dignidade. Obrigada.

*Aplausos gerais*

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Celine Dias Viegas, Mé-Zóchi.

A **Deputada Celine Dias Viegas** (Mé-Zóchi): — Bom a todos e muito obrigada Presidente de Assembleia pela posse da palavra. Gostaria de saudar a todos os Deputados da 5ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional presentes e todos os Deputados do Parlamento Infante-Juvenil. Venho aqui falar sobre as crianças de rua como consequência da gravidez precoce.

Sabemos que isso é uma cruel realidade no nosso estado que actualmente muitas crianças ficam na rua rasgadas, pedindo esmolas e não podendo estar na escola como as crianças normais. A onde está a igualdade?

Sabemos que o Governo no meu ver não tem feito grandes coisas quanto a este assunto. E sabemos que isto tem muitas causas como a gravidez precoce e a falta de meios económicos por parte dos pais.

Proponho o seguinte: Que seja englobada no currículo escolar são-tomense um trabalho de sensibilização no qual os alunos com ajuda dos professores possam falar sobre aquilo que os afecta, aquilo que acham que está mal na sociedade. Temos que dar voz as nossas crianças.

Proponho a criação de mais centros de caridades para tirar as crianças de rua.

Proponho também a criação de uma lei na qual as adolescentes que sofressem com problemas de gravidez precoce e que não têm apoio dos pais e nem do pai do bebé que pudessem exigir nos tribunais o direito dos pais poderem arcar com as consequências dos filhos que puseram no mundo e puder arcar com as responsabilidades. Obrigada.

*Aplausos gerais*

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o colega Deputado Leonardo Fernandes, Água Grande.

O **Deputado Leonardo Fernandes** (Água Grande): — Bom dia Presidente e muito obrigado pela palavra. Bom dia, caros Deputados e Deputadas e excelências. Primeiramente gostaria de agradecer o governo pelo cumprimento de algumas recomendações deixadas no ano passado que é a construção de guinche dos alunos que veio facilitar a vida dos alunos e com a disponibilização dos autocarros e com a construção de mais turmas que é o caso de Chácara.

Concernente ao que já foi dito nesta Magna Assembleia e, dando a continuidade o que a minha colega Deputada do Distrito de Mé-Zóchi tinha dito no que concerne aos meninos de rua. Esses meninos de rua tornam-se seres vulneráveis ao caírem-se nos vícios e futuros marginais.

Temos que chamar a responsabilidade dos pais. Temos um facto concreto que aconteceu na capital e que é triste meus senhores. Uma barbearia foi assaltada por menores. Como é que isso pode acontecer numa sociedade? Que diz-se que está a procurar igualdade. E, por isso, quero deixar um apelo. Que não é só por estar no mês de Junho, que deixem falar as crianças porque são elas o futuro desse país.

*Aplausos gerais*

**O Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Karen Pereira, Caué.

A **Deputada Karen Pereira** (Caué): — Bom dia a todos. Falando de Igualdade de Oportunidade para todas as Crianças, as crianças do Distrito de Caué não têm a mesma oportunidade como as crianças dos outros distritos. Quanto ao estudo universitário devido a distância gostaria de saber que política de atribuição de bolsa de estudo que serão aplicadas visto que, nós os alunos do Distrito de Caué enfrentamos imensas dificuldades com os nossos estudos. Alunos do Distrito de Caué terminam 12º ano com muita dificuldade para entrarem na universidade e é preciso média 14.

Que política o Ministério de Educação tem para os alunos de Caué? Obrigada.

*Aplausos gerais*

**O Presidente:** — Assim sendo, Caras e Caros Deputados, tendo ouvido todos os Deputados inscritos, passo então a suspender a sessão para elaborarmos então as recomendações. Passamos para um intervalo de 10 minutos.

*A sessão foi suspensa quando eram 12 horas.*

*O Presidente retomou quando eram 12 horas e 30 minutos.*

**O Presidente:** — Boa tarde a todos, chamo-me Kelmy da Costa Lavres como já tinha dito. Sou Presidente do segundo Parlamento Infanto-Juvenil e assim sendo gostaria de agradecer imenso a UNICEF e ao PNUD pelo apoio que deu a essa segunda edição do Parlamento Infanto-Juvenil. Uma salva de palma por favor.

*Aplausos gerais.*

Assim, passo a convidar a Secretária a fazer a leitura da recomendação do Parlamento Infanto-Juvenil do ano 2017.

Tem a palavra a Secretária.

A **Secretária** (Cândida dos Santos): — Tendo em conta as recomendações sobre o tema: Igualdade de Oportunidade para todas as Crianças passo a ler:

Face à necessidade premente de se dar oportunidades aos mais jovens para poderem expressar as suas inquietudes e aspirações, motivando-os para a participação democrática com uma experiência viva que lhes permita avaliar as virtualidades do Regime Democrático e mobilizá-los para uma intervenção responsável na sociedade.

Tornando-se, por isso, necessário dar voz aos jovens Deputados, o Parlamento Infanto-Juvenil, reuniu-se em mais uma Sessão Plenária, realizada hoje, dia 15 de Junho do corrente ano, para debater questões ligadas ao tema «*Igualdade de Oportunidade para todas as Crianças*».

Assim sendo, o Parlamento Infanto-Juvenil aprovou as seguintes recomendações:

- 1) Dar uma atenção especial as crianças portadoras de deficiência, mediante construção de melhores escolas adaptadas a estes alunos;
- 2) Eliminação da discriminação entre meninas e meninos relativos a educação escolar;
- 3) Construção de bibliotecas para investigações e criação de um Gabinete médico para o acompanhamento do estado de saúde das crianças;
- 4) Construção de escolas nas comunidades mais longínquas do País;
- 5) Melhor aplicação da legislação sobre as crianças portadoras de deficiência;
- 6) Implementações de políticas públicas, para eliminação do trabalho infantil;
- 7) Cumprimento e divulgação de Leis que proibam o trabalho infantil;



- 8) Construção de um Liceu e escolas profissionais no Distrito de Lembá, bem como o alargamento do centro de saúde daquele Distrito;
- 9) Criação de mais postos de emprego para que os pais possam ter condições económicas para educação dos seus filhos;
- 10) Criação de planos de saúde e educacional para as crianças mais desfavorecidas;
- 11) Criação de uma entidade social que acompanhe as crianças que vêm de famílias desfavorecidas dando-lhes todo o apoio possível até estarem estabilizadas;
- 12) Implementação de políticas públicas mais rígidas, nos casos de violação sexual de menores;
- 13) Implementação de transportes escolares para os alunos surdos e mudos;
- 14) Formação professores de língua gestual e disponibilizar apoios para ajudar as crianças surdas e mudas;
- 15) Construção de rampas para deficientes físicos em todos os locais públicos;
- 16) Criação de um abono de família para os agregados familiares desfavorecidos;
- 17) Proibição de compra de bebidas alcoólicas por menores;
- 18) Criação de disciplinas curriculares para a sensibilização dos problemas sociais;
- 19) Que o Governo tenha mão dura no combate contra o abuso sexual e violência contra menores e fazer mais campanhas de sensibilização nas rádios e na Televisão;
- 20) Melhor avaliação dos programas televisivos infantis que passam na Televisão;
- 21) Aplicação de uma política mais justa para a distribuição de bolsa de estudos ao nível dos Distritos e na Região Autónoma do Príncipe;
- 22) Construir centros de caridade para os meninos de rua e na rua.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 15 de Junho de 2017.

O Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil, Interino,

/Kelmy da Mata Almeida da Costa Lavres/

*Aplausos gerais.*

O **Presidente**: — Obrigada a Secretária da Mesa. Sem mais delongas, vamos passar a fazer as entregas das brochuras que contêm a Lei do Parlamento Infanto-Juvenil.

Passo então a convidar o professor do Distrito de Lembá.

*Aplausos.*

O Professor do Distrito de Água grande.

*Aplausos.*

O Professor do Distrito de Lobata.

*Aplausos*

A Professora do Distrito de Mé-Zóchi.

*Aplausos*

O Professor ou a professora do Distrito de Cantagalo.

*Aplausos*

O Professor do Distrito de Caué.

*Aplausos*

A Professora da Região Autónoma do Príncipe.

*Aplausos*

Representante das ONGs.

*Aplausos*

E por fim a representante da ACASTEP.

*Aplausos*

Volto a frisar que esses documentos são para fazer a distribuição para os Deputados cá presente.

Assim sendo, caras Deputadas e Deputados, caríssimos convidados e convidadas, excelências, estamos a terminar os nossos trabalhos. Quero agradecer a presença e a participação de todos. Espero que as recomendações saídas deste encontro sejam de facto materializadas e que todas as crianças de São Tomé e Príncipe possam ver cada vez mais asseguradas os seus direitos, de modo que possam contribuir para um futuro melhor.

Um bem-haja a todos. Muito obrigado.

Declaro encerrada a sessão.

*Eram 12 horas e 40 minutos.*